

**DECRETO Nº 21.807, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022.**

**Regulamenta os incs. XXIV, XXV e XXVI do art. 197 da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985 (Estatuto dos Funcionários Públicos de Porto Alegre), incluídos pelas Leis Complementares nº 450, de 6 de julho de 2000, nº 498, de 19 de dezembro de 2003 e nº 735, de 30 de janeiro de 2014, que dispõem sobre a prevenção da prática de assédio moral e sexual na Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre,

**D E C R E T A:**

**CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**Art. 1º** Ficam regulamentados os incs. XXIV, XXV e XXVI do art. 197 da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985, que dispõem sobre a prevenção da prática de assédio moral e sexual na Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, nos termos deste Decreto.

**§ 1º** Considera-se assédio moral, para efeito deste Decreto, qualquer ação, gesto ou palavra que atinja, pela sua repetição, a autoestima e a segurança do agente público do Município de Porto Alegre, fazendo-o duvidar de si e de sua competência, implicando dano ao ambiente de trabalho, à sua evolução profissional ou à sua integridade física, emocional ou funcional.

**§ 2º** Considera-se assédio sexual, para efeito deste Decreto, o ato ou ação de assediar outrem, com a finalidade de obter vantagem sexual, implicando dano ao ambiente de trabalho, à evolução na carreira profissional ou à eficiência do serviço.

**§ 3º** Para efeitos desse artigo, para configuração do assédio sexual, não é imprescindível a relação hierárquica.

## CAPÍTULO II DO ACOLHIMENTO DAS DENÚNCIAS

**Art. 2º** A Ouvidoria-Geral do Município (OGM), vinculada à Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria (SMTC), é o órgão responsável pelo recebimento inicial de denúncia de assédio moral e sexual no Município de Porto Alegre.

**Art. 3º** O procedimento para recebimento das denúncias de assédio moral ou sexual será iniciado:

I – por denúncia da parte ofendida; ou

II – por denúncia de terceiro.

**Parágrafo único.** O agente público que tiver conhecimento a respeito de atos de assédio moral ou sexual tem o dever de proceder à denúncia junto à OGM.

**Art. 4º** As denúncias de assédio moral e sexual deverão ser realizadas:

I – eletronicamente, através do Sistema de Ouvidoria Municipal de Porto Alegre (me-Ouv); ou

II – presencialmente, junto à unidade de atendimento da OGM.

**Art. 5º** O denunciante, preferencialmente, deverá indicar, na apresentação da denúncia, elementos para identificação do responsável pelos atos abusivos e, se possível, provas e informações relevantes para apuração dos fatos.

**Art. 6º** A identidade do denunciante será resguardada, sempre que o denunciante assim o desejar, quando o sigilo não inviabilizar a apuração dos fatos narrados na denúncia.

**Parágrafo único.** O pedido de manutenção de sigilo da identidade do denunciante deve ser formalizado na apresentação da denúncia.

**Art. 7º** Quando o sigilo da identidade do denunciante se mostrar incompatível com a apuração dos fatos narrados, ser-lhe-á facultado optar pelo registro ou não da denúncia.

**Parágrafo único.** A opção pelo não registro não impede a apresentação da denúncia posteriormente, caso o denunciante opte por se identificar.

**Art. 8º** Quando o denunciante optar pela desistência da denúncia após o registro, a solicitação será encaminhada para a Corregedoria-Geral do Município (CGMUNI), vinculada à SMTC, para avaliação quanto a possibilidade de seguir com a apuração da denúncia devido ao interesse público.

**Parágrafo único.** A opção pela desistência da denúncia não impede nova comunicação acerca dos fatos, caso o denunciante opte posteriormente por reconsiderar.

**Art. 9º** As denúncias recebidas serão objeto de avaliação preliminar pela OGM quanto ao preenchimento dos seguintes requisitos mínimos:

- I – elementos que possibilitem a identificação do servidor público denunciado; e
- II – fundamentação mínima que possibilite a averiguação dos fatos relatados, descrita de forma clara, simples e objetiva.

**Art. 10.** As denúncias recebidas pela OGM poderão ser encerradas quando:

- I – não forem da competência da Administração Pública Municipal;
- II – não apresentarem elementos mínimos indispensáveis a sua apuração;
- III – instaurado processo disciplinar para apuração da denúncia;
- IV – o denunciante:
  - a) deixar de proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;
  - b) agir de modo temerário; e
  - c) deixar de prestar as informações complementares no prazo de 10 (dez) dias.

**Parágrafo único.** No caso do inc. I deste artigo, as denúncias serão encaminhadas à autoridade competente.

### CAPÍTULO III DA APURAÇÃO DAS DENÚNCIAS

**Art. 11.** Identificado que a denúncia possui os elementos mínimos indispensáveis a sua apuração, a OGM a encaminhará a CGMUNI, para que seja feito o devido encaminhamento à área responsável, que deverá iniciar o processo de Investigação Preliminar Sumária (IPS), regulamentado pelo Decreto nº 21.104, de 7 de julho de 2021.

**§ 1º** A unidade correcional do órgão a que o denunciado está vinculado é a responsável pela instauração e realização da IPS, sob o acompanhamento da CGMUNI.

**§ 2º** Após a apuração, se configurado assédio moral ou sexual, deve ser recomendada a instauração de Sindicância ou Inquérito Administrativo.

§ 3º Após a apuração, se não configurado assédio moral ou sexual, será dado o encaminhamento conforme o enquadramento da falta funcional, se houver, ou, recomendado o arquivamento da denúncia.

§ 4º A competência para homologação da Manifestação Conclusiva da IPS, assim como a instauração da Sindicância ou do Inquérito Administrativo é da autoridade competente, nesse caso sendo o titular da pasta à qual estiver vinculado o denunciado.

§ 5º Caso a denúncia apresente elementos suficientes quanto à autoria e materialidade a unidade correcional pode recomendar a instauração de Sindicância ou de Inquérito Administrativo sem a necessidade da instauração da IPS.

**Art. 12.** É facultada à parte ofendida a solicitação da mudança de local de trabalho até a conclusão do processo disciplinar.

§ 1º Compete à unidade responsável pelo processo disciplinar receber a solicitação da parte ofendida, coletar a anuência do titular da pasta da parte ofendida e remeter a proposta de transferência com a anuência à Diretoria de Gestão de Pessoas (DGPES) da Secretaria Municipal da Administração e Patrimônio (SMAP) ou seu equivalente nas autarquias e fundações.

§ 2º A proposta de mudança de local de trabalho, a ser elaborada pela unidade responsável pelo processo disciplinar, deverá conter as razões que indicam a sua necessidade e a indicação de unidade de trabalho de destino, preferencialmente dentro do órgão de lotação da parte ofendida, ou manifestação fundamentada da impossibilidade de realocação dentro daquele órgão.

§ 3º No interesse da Administração Pública, o titular da pasta da parte ofendida poderá indicar a transferência temporária do servidor denunciado ao invés da parte ofendida.

§ 4º A proposta de transferência com a anuência do titular da pasta da parte ofendida será homologada ou indeferida, no âmbito da Administração Direta, pelo titular da SMAP, ou pelo titular do órgão nas autarquias e fundações.

§ 5º A mudança de local de trabalho deve ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis da sua homologação pelo titular da SMAP e dar-se-á pelo prazo que durar o processo disciplinar, ou revogação pelo titular da SMAP.

§ 6º Ao tomar conhecimento de que não persistem as razões que ensejaram a movimentação, em qualquer fase do processo disciplinar, as autoridades ou a área de pessoal dos órgãos envolvidos devem cientificar a autoridade que determinou a transferência prevista no *caput* deste artigo para eventual reconsideração.

## CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 13.** A exoneração, a pedido ou no interesse da Administração Pública, do agente público denunciado por assédio moral ou sexual não impede o prosseguimento do procedimento disciplinar em curso, cuja decisão final será registrada em seu histórico funcional.

**Art. 14.** Nas situações em que a denúncia indique condutas tipificadas como assédio moral e sexual concomitantemente, serão os fatos apurados em procedimento único, incidindo sobre ambos as normas previstas por este Decreto no que se refere às competências e aos procedimentos.

**Art. 15.** O assédio moral e o sexual serão punidos, nos termos do Título IV, Capítulo V, da Lei Complementar nº 133, de 1985.

**Parágrafo único.** Na aplicação das penalidades disciplinares serão consideradas a natureza e a gravidade do ilícito, os danos que dele provierem para o serviço público, as circunstâncias atenuantes e agravantes e os antecedentes funcionais do servidor.

**Art. 16.** Para fins de prevenção contra a prática de assédio moral ou sexual, terão prioridade as seguintes medidas, sem prejuízo de outras que venham a ser desenvolvidas nos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal:

I – inserção em módulo específico sobre saúde ocupacional dos temas de assédio moral e sexual nos cursos de desenvolvimento gerencial ofertados para ocupantes de cargos de direção e chefia;

II – treinamento para agentes públicos que atuam nas unidades setoriais de recursos humanos, com conteúdo que abranja: identificação de condutas caracterizadas como assédio moral ou sexual, procedimentos de denúncia, acolhimento das vítimas, prestação de orientação à vítima e ao agressor, implementação de medidas preventivas, entre outros.

**Art. 17.** Os procedimentos disciplinares que tenham por objeto a ocorrência de assédio moral ou sexual correrão em sigilo.

**Parágrafo único.** Quando ao servidor imputar-se crime praticado na esfera administrativa, a autoridade que houver instaurado o inquérito administrativo noticiará a autoridade policial.

**Art. 18.** O agente público que der causa à instauração de processo correccional contra alguém, imputando-lhe as condutas disciplinadas neste Decreto, de forma caluniosa ou falsa, agindo de má-fé, está sujeito às penalidades disciplinares expressas na Lei Complementar nº 133 de 1985.

**Art. 19.** Compete à SMTC expedir normas complementares para execução deste Decreto e solucionar casos nele omissos.

**Art. 20.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 26 de dezembro de 2022.

Sebastião Melo,  
Prefeito de Porto Alegre.

Registre-se e publique-se.

Nelson Nemo Franchini Marisco,  
Procurador-Geral do Município, em exercício.